

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado de Direito e Prática Jurídica

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Administrativo dos Bens (Turma A)

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐
Horas de Trabalho: 40h
Créditos ECTS: 7

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

João Miranda – 40 TP

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Na unidade curricular de Direito Administrativo dos Bens aprofundam-se conhecimentos em temas tão relevantes, do ponto de vista teórico e prático, como são os bens do domínio público e do domínio privado da Administração Pública, o instituto da expropriação por utilidade pública e a execução de obras públicas, bem como a constituição de servidões administrativas e o estabelecimento de restrições de utilidade pública sobre a propriedade privada.

Cumpra que os estudantes conheçam e identifiquem os principais institutos jurídicos acima referidos e que se mostrem preparados para compreender as questões especificamente abordadas no âmbito da disciplina.

Naturalmente, procurar-se-á estabelecer as necessárias articulações com institutos jurídicos analisados em outras áreas da parte geral do Direito Administrativo (organização administrativa, procedimento da atividade administrativa e contencioso administrativo).

O objetivo da disciplina consiste em fornecer aos estudantes as ferramentas necessárias para uma compreensão das problemáticas jurídicas mais sensíveis e mais atuais do Direito Administrativo dos Bens e para a sua problematização. Privilegia-se, portanto, não tanto a extensão dos conteúdos transmitidos aos estudantes numa perspetiva esgotante dos diferentes institutos, mas sobretudo uma abordagem problematizante das questões centrais que, neste domínio, marcam as preocupações da comunidade jurídica.

6. Conteúdos programáticos:

Parte I Introdução ao Direito Administrativo dos Bens

Capítulo I Os Bens Públicos e os Direitos Reais Administrativos

1. Conceito de bens públicos
2. Os direitos reais administrativos

Capítulo II Denominação e Objeto do Direito Administrativo dos Bens

3. A denominação Direito Administrativo dos Bens
4. Conceito de Direito Administrativo dos Bens
5. As fontes do Direito Administrativo dos Bens
6. As fronteiras do Direito Administrativo dos Bens

Capítulo III

Perspetiva Histórico-Comparativa dos Bens Públicos e do Direito Administrativo dos Bens

7. A evolução histórica dos bens públicos
8. Marcos fundamentais da evolução dos bens públicos em Portugal
9. Direito Comparado

Parte II Teoria Geral dos Bens Públicos Capítulo I Princípios Jurídicos Fundamentais

10. Estatuto constitucional dos bens públicos
11. Princípios gerais aplicáveis aos bens públicos

Capítulo II Domínio Público

Secção I Fundamento, Composição, Classificações e Titularidade do Domínio Público

12. Fundamentos e critérios da dominialidade pública
13. Composição do domínio público
14. As classificações do domínio público
15. A titularidade do domínio público

Secção II Início e Cessação da Dominialidade

16. A incorporação dos bens na dominialidade pública
17. A afetação como critério da dominialidade pública
18. A extinção da dominialidade

Secção III Utilização do Domínio Público

19. A utilização pela Administração
20. A utilização pelos particulares

Secção IV Proteção e Conservação do Domínio Público

21. O princípio da inalienabilidade
22. O princípio da imprescritibilidade
23. O princípio da impenhorabilidade
24. A polícia de proteção
25. A proteção penal e contraordenacional

Secção V Domínio Público em Especial

26. Domínio público hídrico
27. Domínio público cultural
28. Domínio público militar

Capítulo III Domínio Privado Administrativizado

Secção I

Conceito, Fundamento, composição e regime do Domínio Privado Administrativizado

- 29. Conceito e fundamento do domínio privado administrativizado
- 30. Composição do domínio privado administrativizado
- 31. Regime do domínio privado administrativizado

Secção II

Constituição do Domínio Privado Administrativizado

- 32. Objeto da constituição do domínio privado administrativizado
- 33. As finalidades da aquisição de bens
- 34. Modalidades de aquisição de bens
- 35. A repercussão das vicissitudes extintivas ou modificativas de pessoas coletivas sobre os bens
- 36. O registo dos bens do domínio privado administrativizado

Secção III

Gestão e Administração do Domínio Privado Administrativizado

- 37. Princípios específicos da gestão do domínio privado administrativizado
- 38. O domínio privado administrativizado e as políticas públicas setoriais
- 39. As formas contratuais de administração do domínio privado administrativizado
- 40. A utilização do domínio privado administrativizado por funcionários, agentes e servidores de entidades públicas
- 41. A valorização dos bens imateriais da Administração

Secção IV

Extinção do Domínio Privado Administrativizado

- 42. Regime da alienação do domínio privado administrativizado
- 43. O regime especial da usucapião de bens do Estado
- 44. A permuta de bens
- 45. A venda do património imobiliário público seguida de arrendamento à Administração
- 46. Modos extintivos de direito público do domínio privado administrativizado

Capítulo IV

Expropriação por Utilidade Pública

- 47. Conceito e figuras afins da expropriação
- 48. A expropriação e as políticas de solos e de urbanismo
- 49. Objeto da expropriação
- 50. Limites ao exercício do poder expropriativo
- 51. A relação jurídica expropriativa
- 52. O procedimento administrativo expropriativo
- 53. O processo judicial
- 54. A justa indemnização
- 55. O direito de reversão

Capítulo V

Obras Públicas

- 56. Conceito de obra pública
- 57. Obra pública e obra de utilidade pública
- 58. Obra pública, domínio público e domínio privado administrativizado
- 59. As obras de urbanização como modalidade de obras públicas
- 60. A execução das obras públicas
- 61. O princípio da intangibilidade da obra pública e as expropriações de facto

Capítulo VI

Poderes da Administração Pública sobre Bens Privados

- 62. Fundamento dos poderes da Administração sobre os bens privados
- 63. Conceito, figuras afins e modos de constituição das servidões administrativas
- 64. Servidões administrativas em especial
- 65. Restrições de utilidade pública
- 66. Indemnização pela constituição de servidões administrativas e restrições de utilidade pública

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

O principal objetivo da disciplina consiste em enquadrar juridicamente os institutos utilizados no Direito Administrativo dos Bens. Sendo estes institutos, em si mesmos, dinâmicos, é crucial que os estudantes sejam capazes de neles (e sobre eles) intervir. O que implica um domínio dos fundamentos teóricos em que tais institutos assentam, uma compreensão plena do seu modo de funcionamento, bem como o conhecimento de outros âmbitos gerais e setoriais em que já se experimentou a utilização desses institutos.

Na exposição das matérias, existirá um especial enfoque nos conceitos de domínio público e de domínio privado, realidades próximas e integráveis numa Teoria Geral dos Bens Públicos, da qual também fazem parte integrante as temáticas da expropriação por utilidade pública, das obras públicas e dos poderes da Administração Pública sobre os bens privados.

Com efeito, uma visão abrangente do Direito Administrativo dos Bens não pode dispensar o estudo da matéria da expropriação por utilidade pública, cujo tratamento dogmático é facilitado por se encontrar reunida no Código das Expropriações. Do mesmo modo, o instituto das obras públicas, em especial quando as mesmas são realizadas por particulares contratados pela Administração Pública, levanta inúmeras questões de indubitável interesse teórico e prático. Finalmente, o estudo dos poderes da Administração sobre bens dos particulares revela-se incontornável por ser realizado através de institutos – servidão administrativa e restrição de utilidade pública – com um claro cunho juspublicístico.

Em termos de programação das aulas, as primeiras duas serão dedicadas à Parte I do programa, seguindo-se cinco aulas sobre domínio público, três sobre domínio privado, duas sobre expropriação por utilidade pública, uma sobre obras públicas e uma aula final em que serão abordados os poderes da Administração Pública sobre bens privados.

8. Metodologias de ensino:

As aulas serão tendencialmente interativas, estimulando-se uma participação informada e construtiva dos alunos. Para o efeito, será indicado um conjunto de leituras a efetuar para cada aula, designadamente de elementos bibliográficos e jurisprudenciais. Será ainda fornecido, previamente a cada aula, um conjunto de questões de estudo, que serão objeto de apreciação. Procurar-se-á promover a discussão e a análise crítica dos elementos previamente estudados.

Como complemento às aulas, será privilegiada a utilização de métodos de *e-learning* através da plataforma Moodle da Universidade de Lisboa enquanto ferramenta de trabalho e de divulgação de documentação (<http://elearning.ul.pt/>).

Os estudantes serão também convidados a aprofundar determinados temas, apresentando-os em aula e elaborando sobre os mesmos relatórios escritos.

9. Avaliação:

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Participação nas aulas e intervenção em debates (30%);
- Apresentação oral de um relatório sobre um tema do programa e posterior elaboração do respetivo relatório escrito (20%);

Prova escrita de avaliação final obrigatória (50%).

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Num domínio normalmente descurado pela dogmática jusadministrativista, é fundamental que os estudantes desenvolvam um espírito crítico. Mais do que transmitir uma vasta quantidade de informação, importa garantir que quem frequenta esta disciplina assimila plenamente os fundamentos e as finalidades dos institutos jurídicos estudados ao longo do semestre. Daí a importância da interatividade das aulas e da participação empenhada dos estudantes. Não se pretende que estes sejam destinatários passivos de ensinamentos já longamente consolidados, mas antes que sejam capazes de compreender as mudanças em curso no Direito Administrativo dos Bens.

Para estimular ainda mais o espírito crítico dos estudantes, estes serão convidados a aprofundar certas matérias, refletindo sobre as mesmas em relatórios escritos e sobretudo através da intervenção em debates.

A parte letiva do mestrado deve constituir uma primeira fase do percurso escolar no 2.º ciclo, pelo que se procurará abrir horizontes e lançar pistas para a investigação necessária à obtenção do grau de mestre. Para tanto, a elaboração de um relatório escrito sobre um tema do programa escolhido pelo estudante assume uma relevância fundamental para a avaliação e pretende constituir, se esse for o entendimento do estudante, uma projeção do que poderá ser o trabalho final de mestrado. Mesmo que isso não aconteça, o relatório constitui um elemento fundamental para testar o domínio desta área jurídica e para aprofundar a capacidade de investigação.

11. Bibliografia principal:

Nas aulas será adotada como obra de referência o livro do Regente, intitulado *Direito Administrativo dos Bens. Introdução à Teoria Geral dos Bens Públicos*, Lisboa, 2021.

Sem prejuízo disso, recomenda-se vivamente a consulta da seguinte bibliografia:

1. Portugal

AA.VV. – *Domínio público local*, Braga, 2006.

AA.VV. – *Estudos de Direito Administrativo dos Bens*, João Miranda (coord.), 2015.

AA. VV. – *Comentário ao Regime Jurídico do Património Imobiliário Público. Domínio Público e Domínio Privado da Administração*, 2.ª edição, Coimbra, 2022.

AMARAL, Diogo Freitas do – *A utilização do domínio público pelos particulares*, Coimbra, 1965.

--- *Classificação das coisas públicas*, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, II, 2.ª edição, Lisboa, 1990, pp. 439 e ss.

--- *Domínio público*, in *Estudos de Direito Público e matérias afins*, II, Coimbra, 2004 pp. 561-562.

AMARAL, Diogo Freitas do / FERNANDES, José Pedro – *Comentário à Lei dos Terrenos do Domínio Hídrico*, Coimbra, 1978.

ASCENSÃO, José de Oliveira – *Caminho público, atravessadouro e servidão de passagem*, in *O Direito*, IV, ano 123.º, 1991, pp. 535 e ss.

AZEVEDO, Bernardo – *Servidão de Direito Público. Contributo para o seu estudo*, Coimbra, 2005.

--- *O domínio privado da Administração*, in *Tratado de Direito Administrativo Especial*, III, obra coletiva, Coimbra, 2010, pp. 11 e ss.

BARATA, José Fernando Nunes – *Caminhos públicos*, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, II, 2.ª edição, Lisboa, 1990, pp. 201 e ss.

CAETANO, Marcello – *Manual de Direito Administrativo*, II, 10.ª edição, 5.ª reimpressão, 1994, pp. 879 e ss.

CANOTILHO, J.J. Gomes – *A utilização do domínio público pelos cidadãos*, in *Em Homenagem ao Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral*, obra coletiva, Coimbra, 2010, pp. 1073 e ss.

CAUPERS, João – *O domínio público*, in *Themis*, ano IX, n.º 15, 2008, pp. 109 e ss.

CORREIA, Fernando Alves – *As garantias do particular na expropriação por utilidade pública*, Coimbra, 1982.

--- *A concessão de uso privativo do domínio público: breves notas sobre o regime jurídico de um instrumento de valorização e rentabilização dos bens dominiais*, in *DJ*, volume especial dedicado ao VI Colóquio Luso-Espanhol de Direito Administrativo, 2005, pp. 101e ss.

--- *Manual de Direito do Urbanismo*, I, 4.ª edição, Coimbra, 2008, pp. 324 e ss.; II, Coimbra, 2010.

CORREIA, Sérvulo, *Defesa do domínio público*, in *Liber Amicorum Francisco Salgado Zenha*, obra coletiva, Coimbra, 2003, pp. 445 e ss.

- COSTA, António Pereira da – *Servidões administrativas (outras restrições de utilidade pública)*, Porto, 1992.

DIAS, José Eduardo Figueiredo – *Os contratos de locação e aquisição de bens e de serviços e de alienação de bens*, in *Estudos da Contratação Pública*, I, obra coletiva, Coimbra, 2008, pp. 462 e ss.

FERNANDES, José Pedro – *Domínio privado*, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, IV, 2.ª edição, 1991, pp. 160 e ss.

--- *Domínio público*, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, IV, 2.ª edição, 1991, pp. 166 e ss.

--- *Património do Estado*, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, VI, 2.ª edição, 1994, pp. 285 e ss.

--- *Propriedade pública*, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, VI, 2.ª edição, 1994, pp. 650 e ss.

FERREIRA, Eduardo Paz – *Domínio público e domínio privado da Região*, in *Estudos de Direito Regional*, Lisboa, 1997, pp. 477 e ss.

GOMES, José Osvaldo – *Expropriações por utilidade pública*, Lisboa, 1997.

MACHETE, Rui – *O domínio público e a rede eléctrica nacional*, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 61, 2001, pp. 1367 e ss.

- MARTINS, Ana Gouveia – *As licenças e concessões de utilização privativa do domínio público como um instrumento de rentabilização e valorização dos bens dominiais*, in *e-pública. Revista Eletrónica de Direito Público*, V, n.º 1, 2018, pp. 76 e ss.
- MARTINS, António Carvalho – *Caminhos públicos e atravessadouros*, 3.ª edição, Coimbra, 1999.
- MEDEIROS, Rui / TORGAL, Lino – *Anotação ao artigo 84.º da CRP*, in JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, II, 2.ª edição, Lisboa, 2018, pp. 76 e ss.
- MELO, Pedro – *O Direito das Obras Públicas*, in *Tratado de Direito Administrativo Especial*, obra coletiva, VI, Coimbra, 2012.
- MIRANDA, João – *A titularidade e a administração do domínio público hídrico por entidades públicas*, in *Direito da Água*, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e Instituto de Ciências Jurídico-Políticas / Centro de Investigação de Direito Público, Lisboa, 2013, pp. 157 e ss.
- *O estatuto dos bens cedidos ao município no âmbito de operações urbanísticas*, in *Questões Atuais de Direito Local*, n.º 14, 2017, pp. 29 e ss.
- *A valorização de bens do domínio público à luz do regime jurídico do património imobiliário público*, in *e-pública. Revista Eletrónica de Direito Público*, V, n.º 1, 2018, pp. 60 e ss.
- MONIZ, ANA RAQUEL – *O domínio público. O critério e o seu regime jurídico*, Coimbra, 2005.
- *O âmbito do domínio público autárquico*, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Marcello Caetano no centenário do seu nascimento*, I, Coimbra, 2006, pp. 153 e ss.
- *Direito do Domínio Público*, in *Tratado de Direito Administrativo Especial*, V, obra coletiva, Coimbra, 2011, pp. 112 e ss.
- MOREIRA, José Carlos – *Do domínio público. Os bens dominiais*, Coimbra, 1931.
- PAÇÃO, Jorge – *Mutações dominiais e valorização do domínio público*, in *e-pública. Revista Eletrónica de Direito Público*, V, n.º 1, 2018, pp. 105 e ss.
- *Algumas questões sobre domínio público municipal*, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 5, 2019, pp. 15 e ss.
- *Contencioso dos bens públicos*, in *Contencioso Administrativo Especial*, obra coletiva, Lisboa, 2021, pp. 139 e ss.
- QUEIRÓ, Afonso Rodrigues; QUEIRÓ, José Gabriel – *Propriedade pública e direitos reais de uso público no domínio da circulação urbana*, in *Direito e Justiça*, IX, tomo 2, 1995, pp. 231 e ss.
- RAMOS, José Luís Bonifácio – *As coisas públicas nos finais do século XX*, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Pedro Soares Martinez*, II, Coimbra, 2000, pp. 547 e ss.
- *Domínio público e domínio privado: mitos e sombras*, in *O Direito*, 2009, pp. 815-852.
- *Direitos Reais Administrativos. Ficção ou realidade?*, Lisboa, 2019.

2. França

- AA.VV. – *La valorisation économique des propriétés des personnes publiques. Un colloque organisé par le Conseil d'État de 6 juillet 2011 à l'École nationale d'administration*, Paris, 2012.
- AUBY, Jean-Marie / BON, Pierre / AUBY, Jean-Bernard / TERNEYRE, Philippe – *Droit Administratif des biens*, 7.ª edição, Paris, 2016.
- BETTIO, Nathalie – *La circulation des biens entre personnes publiques*, Paris, 2011.
- CHAMARD-HEIM, Caroline – *La distinction des biens publics et des biens privés. Contribution à la définition de la notion de biens publics*, Paris, 2004.
- *Droit des Biens Publics*, Paris, 2022.
- GAUDEMET, Yves – *Traité de Droit Administratif, Tome 2, Droit Administratif des biens*, 15.ª edição, Paris, 2014.
- GIACUZZO, Jean-François – *La gestion des propriétés en droit français*, Paris, 2014.
- GODFRIN, Philippe / DEGOFFE, Michel – *Droit Administratif des biens*, 9.ª edição, 2009.
- LOGÉAT, Catherine – *Les biens privés affectés à l'utilité publique*, Paris, 2011.
- MEERSMAN, Jimmy, *Contribution à une théorie juridique des biens communs*, Paris, 2024.
- MORAND-DEVILLER, Jacqueline / BOURDON, Pierre / POULET, Florian – *Droit Administratif des Biens*, 11.ª edição, Paris, 2020.
- MOYSAN, HERVÉ – *Le droit de propriété des personnes publiques*, Paris, 2011.
- ROUX, Christophe – *Propriété publique et Droit de l'Union Européenne*, Paris, 2015.
- *La gestion et la valorisation de la propriété publique : Les défis du droit de l'Union européenne*, in *e-pública. Revista Eletrónica de Direito Público*, Vol n.º 5, n.º 1, 2018, pp. 5 e ss.
- SCHMALTZ, Benoît – *Les personnes publiques propriétaires*, Paris, 2016.
- TARLET, Fanny – *Les biens publics mobiliers*, Paris, 2017.

WALINE, Marcel – *Les mutations dominiales. Étude des rapports des administrations publiques à l’occasion de leur domaine public respectif*, Paris, 1925.

YOLKA, Philippe – *La propriété publique. Éléments pour une théorie*, Paris, 1997.

3. Espanha

ALFONSO, Luciano Parejo – *Dominio público: un ensayo de reconstrucción de su teoria general*, in *Revista de Administración Pública*, n.ºs 100-1002, 1983, pp. 2379 e ss.

CONEJO, Lorenzo Pérez – *Lecciones de Dominio Público*, Málaga, 2004.

ENTERRÍA, García de – *Dos estudios sobre la usucapión en Derecho Administrativo*, 4.ª edição, 2007.

FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón – *Las obras públicas*, in *Revista de Administración Pública*, n.ºs 100-102, 1983, pp. 2427 e ss.

MARÍN, Carmen Chinchilla – *Bienes patrimoniales del Estado*, Madrid, 2001.

PÉREZ, Jesús González – *Los derechos reales administrativos*, reimpressão, Cizur Menor, 2016.

RAMÓN, Fernando López – *Sistema Jurídico de los Bienes Públicos*, Madrid, 2012.

SCAGLIUSI, María de los Ángeles Fernández – *La rentabilización del dominio público en tempos de crisis: nuevas tendencias coyunturales o definitivas*, Madrid, 2015.

--- *El dominio público funcionalizado: la corriente de valorización*, Madrid, 2015.

--- *La rentabilización del dominio público: dificultades, propuestas y desafíos de futuro*, in e-pública. Revista Eletrónica de Direito Público, Vol. 5, n.º 1, 2018, pp. 31 e ss.

URRUTIA, González-Berenguer – *Sobre la crisis del concepto de dominio público*, in *Revista de Administración Pública*, 1968, pp. 191 e ss.

4. Itália

AA.VV. – *Invertire la rotta. Idee per una riforma della proprietà pubblica*, Bolonha, 2007.

ARSI, Massimiliano – *I beni pubblici*, in *Trattato di Diritto Amministrativo: Diritto Amministrativo Speciale*, II, Milão, 2000, pp. 1265 e ss.

CASSESE, Sabino – *I beni pubblici. Circolazione e tutela*, Milão, 1969.

GIANNINI, M.S. – *I beni pubblici*, Milão, 1964.

GUICCIARDI, Enrico – *Il demanio*, Pádua, 1934.

IRELLI, Vincenzo Cerulli – *Proprietà Pubblica e Diritti Collettivi*, Pádua, 1983.

--- *Beni Pubblici*, in *Digesto delle Discipline Pubblicistiche*, 1987, pp. 273 e ss.

--- *Lineamenti del diritto amministrativo*, 6.ª edição, Turim, 2017, pp. 237 e ss.

--- *L’Amministrazione “Costituzionalizzata” e il diritto pubblico della proprietà e dell’impresa*, Turim, 2019.

OLIVI, Marco – *Beni dominial ad uso collettivo*, Pádua, 2003.

PALLOTTINO, Michele – *Opere e lavori pubblici*, in *Digesto delle Discipline Pubblicistiche*, Vol. X, pp. 339 e ss.

SANDULLI, Aldo – *Beni pubblici*, in *Enciclopedia Del Diritto*, V, 1959, pp. 277 e ss.

VENCHI, Maria Adelaide Carnevale – *Opere pubbliche (ordenamento)*, in *Enciclopedia del Diritto*, Vol. XXX, pp. 333-376.

5. Alemanha

KROMER, Michael – *Sachenrecht des Öffentlichen Rechts. Probleme und Grundlagen eines Allgemeinen Teils des Öffentlichen Rechts*, Berlim, 1985.

MAYER, Otto – *Derecho Administrativo Alemán*, III, 2.ª edição, tradução castelhana, Buenos Aires, 1982.

PAPPERMANN, Ernst / LÖHR, Rolf-Peter / ANDRISKE, Wolfgang – *Recht der öffentlichen Sachen*, Munique, 1987.

PAPIER, Hans Jürgen – *Recht der öffentlichen Sachen*, Berlim/Nova Iorque, 1998.

PEINE, Franz-Joseph – *Das recht der öffentlichen Sachen – neue Gesetze und Rechtsprechung im Überblick*, in *Juristen Zeitung*, 2006, pp. 593 e ss.

6. Brasil

NETO, Floriano Azevedo Marques, *Bens Públicos. Função Social e Exploração Econômica – O Regime Jurídico das Utilidades Públicas*, Belo Horizonte, 2009.

12. Observações:

Nada a assinalar